

CONTRATO

Contrato nº 0187/2024 - SME Processo nº P341717/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SOBRAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SME E A EMPRESA BL SOLUCOES LTDA, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O **MUNICÍPIO DE SOBRAL**, por intermédio da Secretaria da Educação (SME), situado na Rua Viriato de Medeiros, nº 1250, Centro, em Sobral/CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.598.634/0001-37, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Francisco Herbert Lima Vasconcelos, Brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 95010000140, e do CPF nº 876.371.973-87, residente e domiciliado em Sobral – CE, na Av. Dr. Guarany, nº 115, Bairro Derby Clube, e a **EMPRESA BL SOLUCOES LTDA**, com sede na Rua Coronel Pompeu, nº 125, Letra A, Centro, Aracati/CE, CEP: 62.800-000, Fone: (85) 8824-2019 inscrita no CNPJ sob o nº 25.206.054/0001-39, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Uadi Fernandes Elias, brasileiro, portador da CNH sob nº 04916791232 DETRAN-CE, e do CPF nº 039.988.263-43, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento na Ata de Registro de Preços nº 007/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90020/2024-PE, Processo Administrativo nº 2024.04.22.01 do Município de São Benedito/CE, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos da Adesão nº AD24012 - SME da Ata de Registro de Preços nº 007/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90020/2024-PE, Processo Administrativo nº 2024.04.22.01 do Município de São Benedito/CE, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

- **3.1.** Constitui objeto deste contrato a "Adesão à Ata de Registro de Preços para aquisições de materiais de consumo e permanente (brinquedos, playgrounds, mobiliário e biblioteca infantil), para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Educação de Sobral/CE".
- **3.2.** É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, o Termo de Referência do processo licitatório ora aderido.
- 3.3. Do itens contratados:

GRUPO 01						
N° DO ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANT. ADERIDA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)



		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				_
01	UND	480945 – JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO BRINCADEIRA PEDAGÓGICA: 01 CADEIRINHA, 04 PEÇAS DE QUEBRA CABEÇA, 07 FORMAS GEOMÉTRICAS, 04 CONES PARA FORMAR UMA TORRE E 01 ÁBACO MEDINDO 26X26X35CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	DISMAT	30	115,00	3.450,00
02	UND	477499 - BRINQUEDO EM GERAL SACOLA POSTINHO; CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO ATÓXICO DE ALTO BRILHO, CONTÉM 70 PEÇAS COLORIDAS. ACONDICIONADO EM SACOLA PVC CRISTAL COM ZÍPER E ALÇA (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	BIGSTAR	30	356,00	10.680,00
04	UND	477499 – BRINQUEDO EM GERAL BLOCOS DE ENCAIXE PRIMEIRA INFÂNCIA; CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO ATÓXICO DE ALTO BRILHO, CONTÉM PEÇAS COLORIDAS DIVIDIDAS EM DUAS PARTES ENCAIXÁVEIS. AS PEÇAS SÃO ILUSTRADAS NOS QUATRO LADOS, FORMANDO VITE QUEBRA CABEÇAS DE: EXPRESSÕES FACIAIS, FRUTAS, LEGUMES, BRINQUEDOS, ANIMAIS DOMÉSTICOS E SELVAGENS. CONTÉM 10 PEÇAS DE DIMENSÕES SEGURAS, PARA QUE NÃO SEJAM ENGOLIDAS. ACONDICIONADO EM SACOLA PVS COM CÍPER E ALÇA (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	MAXTOYS	30	265,00	7.950,00
05	UND	477499 – BRINQUEDO EM GERAL SACOLA FOFO BLOCOS; BLOCOS MACIOS, CONFECCIONADOS EM PVC TÓXICO, CONTÉM 60 PEÇAS E 1 CARTELA DE ADESIVO ACONDICIONADO EM SACOLA DE PVC CRISTAL COM ALÇA E ZÍPER (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	ELKA	30	217,00	6.510,00
06	UND	477499 - BRINQUEDO EM GERAL SUPER BABY BLOCOS; CONFECCIONADO EM PLÁSTICOPOLIPROPILENO ATÓXICO DE ALTO BRILHO, CONTEM PEÇAS SUPER GRANDES E COLORIDAS. CONTÉM 25 PEÇAS DE DIMENSÕES SEGURAS (5 PEÇAS COM 8 ENCAIXES: 20X10X10 CM; 5 PEÇAS COM 4 ENCAIXES: 10X10X10 CM; 5 PEÇAS COM 3 ENCAIXES: 15X10X5 CM; 5 PEÇAS COM 2 ENCAIXES: 10X10X5 CM E 5 PEÇAS COM 1 ENCAIXES: 10X10X5 CM E 5 PEÇAS COM 1 ENCAIXES: 10X10X5 CM E 5 PEÇAS COM 1 ENCAIXES: 10X10X5 CM C 5 PEÇAS COM 1 ENCAIXES: 10X10X5 CM E 5 PEÇAS	MAXTOYS	30	293,00	8.790,00
11	UND	477499 – BRINQUEDO EM GERAL SACOLÃO DIVERTIDO; 120 PEÇAS COM DIVERSOS ENCAIXES, VÁRIAS CORES EM PLÁSTICO POLIPROPILENO ATÓXICO, DE ALTO BRILHO, COM VÁRIAS CORES VIVAS, ACOMPANHA UMA SACOLA EM PVC CRISTAL, TRANSPARENTE COM BORDAS EM VIVO BRILHANTE E ALÇA DE NYLON (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	MAXTOYS	60	430,00	25.800,00
12	UND	477499 - BRINQUEDO EM GERAL SACOLÃO QUEBRA CABEÇA DIDÁTICO; 04 QUEBRA CABEÇAS COM PEÇAS EMPILHÁVEIS E ENCAIXÁVEIS , COM 04 MODELOS DIFERENTES, SENDO 01 QC MANIA NÚMEROS, 01 QC MANIA FAZENDA, 01 QC MANIA LETRAS E 01 QC MANIA ÁRVORES. ACONDICIONADO EM COLSA DE PVC CRISTAL TRANSPARENTE COM ALÇA E ZÍPER (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	TATETI	30	474,00	14.220,00
14	UND	477132 – BRINQUEDO EM GERAL SACOLÃO QUEBRA CABEÇA 3D; CONFECCIONADO EM PLÁSTICO COLORIDO ATÓXICO COMPOSTO POR 39 PEÇAS, FORMANDO 5 QUEBRA CABEÇAS DIFERENTES. ACONDICIONADO EM BOLSA DE PVC CRISTAL TRANSPARENTE COM ALÇA E ZÍPER (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	TATETI	30	417,00	12.510,00
17	UND	477130 - BRINQUEDO EM GERAL CONJUNTO PRIMEIRA INFÂNCIA 1; CONFECCIONADO EM PLÁSTICO COLORIDO ATÓXICO COMPOSTO POR 6 BRINQUEDOS, SENDO: CENTOPEIA, POLVO DE PUXAR, CARACOL DIDÁTICO, ABELHA DIDÁTICA, BORBOLETA ESPOLETA E TORRE LUMINA. ACONDIDIONADO EM COLSA DE PVC	TATETI	30	645,00	19.350,00



		CRISTAL TRANSPARENTE COM ALÇA E		1		
		ZÍPER (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	_			
20	UND	477132 - BRINQUEDO EM GERAL QUEBRA CABEÇAS PROGRESSIVO; 06 QUEBRA CABEÇAS COM 4, 6, 9 E 12 PEÇAS EM MDF, ACONDICIONADO EM MALETA PLÁSTICACOM ALÇA E TRAVA, MEDINDO 32X7X28 CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	MARIBEN	50	94,00	4.700,00
21	UND	477132 - BRINQUEDO EM GERAL LETRAS A AO Z; 26 QUEBRA CABEÇAS COM 78 PEÇAS EM MDF, ACONDICIONADO EM MALETA PLÁSTICA COM ALÇA E TRAVA, MEDINDO 32X7X28 CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	MARIBEN	50	94,00	4.700,00
22	UND	462437 – ABC JANELINHA ANIMADO COMPOSTO POR 26 PEÇAS ALFABETO ILUSTRADO EM 1 LIVRO NO FORMATO 20X20 CM PAPEL CARTONADO DUPLEX DO ALFABETO ILUSTRADO, ACONDICIONADO EM MALETA PLÁSTICA COM ALÇA E TRAVA, MEDINDO 32X7X28 CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	MARIBEN	50	113,00	5.650,00
23	UND	462437 – BRINQUEDO EM GERAL BOX ALFABETO 3D; 130 PEÇAS EM MDF COM CORTES ARREDONDADOS, 26 PAINÉIS EM CARTONADO TAMANHO 21 X 29 CM CADA, APP DE REALIDADE AUMENTADA DE 01 TABLET COM TELA DE 7 POLEGADAS, ACONDICIONADO EM CAIXA MICRO ONDULADA (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	MARIBEN	30	1.900,00	57.000,00
24	UND	462437 – BRINQUEDO EM GERAL ALFABETO MÓVEL; CONTENDO 36 PEÇAS MDF 12CM DE ALTURA, 6MM ACOMPANHA 1 LIVRO DE ATIVIDADES PELO MÉTODO MONTESSORI EMBALAGEM PLÁSTICA ACONDICIONADO EM MALETA PLÁSTICA COM ALÇA E TRAVA MEDINDO 32X7X28 CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	MARIBEN	60	141,00	8.460,00
25	UND	285179 - MATERIAL PEDAGÓGICO BLOCOS LÓGICOS; CONFECCIONADOS EM MADEIRA CONTENDO 48 PEÇAS. ACOMPANHA CARTILHA COM ATIVIDADES. ACONDICIONADO EM MALETA PLÁSTICA COM ALÇA E TRAVA MEDINDO 32X7X28 CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	MARIBEN	60	113,00	6.780,00
26	UND	477132 - BRINQUEDO EM GERAL SOLETRANDO; 12 QUEBRA CABEÇAS EM MDF COM RECORTES ARREDONDADOS APP REALIDADE AUMENTADA ACONDICIONADO EM MALETA PLÁSTICA COM ALÇA E TRAVA. MEDINDO 32X7X28 CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	MARIBEN	60	94,00	5.640,00
27	UND	480960 – JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO CONHECENDO OS PLANETAS; 100 PEÇAS EM MDF COM RECORTES ARREDONDADOS APP REALIDADE AUMENTADA. ACONDICIONADO EM MALETA PLÁSTICA COM ALÇA E TRAVA, MEDINDO 32X7X28 CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	XALINGO	60	56,00	3.360,00
28	UND	477132 - BRINQUEDO EM GERAL CORPO HUMANO; 100 PEÇAS EM MDF COM RECORTES ARREDONDADOS. APP REALIDADE AUMENTADA. ACONDICIONADO EM MALETA PLÁSTICA COM ALVA E TRAVA MEDINDO 32X7X28 CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	XALINGO	60	56,00	3.360,00
30	UND	462437 – BRINQUEDO EM GERAL ABC JANELINHA ANIMADO; COMPOSTO 01 ALFABETO ILUSTRADO COM 26 PEÇAS EM MDF E 1 LIVRO NO FORMATO 20X20 CM PAPEL CARTORNADO DUPLEX DO ALFABETO ILUSTRADO. ACONDIDICONADO EM MALETA PLASTICA COM ALÇA E TRAVA, MEDINDO 32 X 7 X 28 CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	XALINGO	50	113,00	5.650,00
31	UND	604016 – BRINQUEDO EM GERAL TREM DE 1 AO 20 NUMERAIS; 41 QUEBRA CABEÇAS EM MDF. ACONDICIONADO EM MALETA PLÁSTICA COM ALÇA E TRAVA, MEDINDO 32 X 7 X 28 CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	MARIBEN	50	94,00	4.700,00



32	UND	462437 – BRINQUEDO EM GERAL ALFABETO JÁ SEI LER; 72 PEÇAS EM MDF. ACONDICIONADO EM MALETA PLÁSTICA COM ALÇA E TRAVA. MEDINDO 32X7X28CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	MARIBEN	60	93,00	5.580,00
33	UND	437100 - BRINQUEDO EM GERAL CONJUNTO DE ARAMADOS: CONJUNTO CONFECCIONADO EM BASE DE MADEIRA E ARAME GALVANIZADO DE 4 MM RECOBERTO COM TUBO DE PVC FLEXÍVEL. CONTEM 06 ARAMADOS DE DIFERENTES FORMAS E TAMANHOS. ARAMADO TRIANGULAR MEDINDO 400X170X125CM; ARAMADO ENTRELAÇADO - MEDINDO 400X320X125CM; ARAMADO ONDULAR - MEDINDO 440X160X125CM; ARAMADO ESPIRAL- MEDINDO 440X160X125CM; ARAMADO MONTANHA RUSSA-MEDINDO 265X300X230CM E ARAMADO ACROBÁTICO- MEDINDO 280X320X125CM. ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	BRINK MOBIL	30	480,00	14.400,00
34	UND	476220 - BRINQUEDO EM GERAL BLOCOS DE ENCAIXE: 24 PEÇAS COLORIDAS EM 01 BASE DE MADEIRA, COM 10 PALITOS PARA ENCAIXAR (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	FUNDAMENTAL	30	75,00	2.250,00
35	UND	480293 - JOGÓ / BRINQUEDO PEDAGÓGICO JOGOS DE ARGOLAS: 07 PINOS EM MADEIRA E 07 ARGOLAS PLÁSTICAS. MEDINDO 50X12CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	CIA BRINK	30	69,90	2.097,00
36	UND	486428 - JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO PRANCHÃO DE SELEÇÃO GIGANTE: 20 PEÇAS COLORIDAS EM MADEIRA COM BASE DE16X20CM. MEDINDO17X57CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	CARLU	30	87,00	2.610,00
37	UND	486351 - BRINQUEDO EM GERAL CAIXA TÁTIL EM EVA: CONFECCIONADO EM EVA, CONTENDO 06 PLACAS DE 10MM DE ESPESSURA, QUE FORMA MOCUBO COM 04 ORIFÍCIOS, E 16 PEÇAS DE DIFERENTES FORMAS E TEXTURAS. ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 25X25CM (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).	CARLU	30	129,90	3.897,00

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- **4.1.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
- **4.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 4.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- **4.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUINTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (da licitação de origem), anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO (art. 92, V)



- 7.1. O valor total da contratação é de R\$ 250.094,00 (duzentos e cinquenta mil e noventa e quatro reais).
- **7.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- **7.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

8.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência (da licitação de origem), anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI E XIV)

- 9.1. São obrigações do Contratante:
- **9.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- **9.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- **9.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- **9.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- **9.7.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- **9.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- **9.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- **9.11.** A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- **9.12.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- **9.13.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- **9.14.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados



à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- **10.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- **10.2.** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- **10.3.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- **10.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- **10.5.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- **10.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- **10.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- **10.8.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- **10.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- **10.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- **10.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na prestação dos serviços.
- **10.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.



- **10.13.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- **10.14.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- **10.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- **10.16.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.
- **10.17.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- **10.18.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- **10.19.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- **10.20.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- **10.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- **10.22.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- **10.23.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- **11.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- **11.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- **11.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- **11.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- **11.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver



necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

- **11.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- **11.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- **11.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- **11.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- **11.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- **11.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- **11.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- **11.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- **13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **13.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



i.Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii.Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii.Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do

subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv.Multa:

- 1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
- 6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- **13.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- **13.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **13.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- **13.3.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **13.3.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- **13.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



- 13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **13.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- **13.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **13.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **13.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- **13.10.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 14.1. As aquisições, objeto deste processo, serão acompanhadas pelo GESTOR especialmente designado pela CONTRATANTE para esse fim, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.
- 14.1.1. Para o acompanhamento de que trata o subitem anterior, compete ao GESTOR a ser indicado pela CONTRATANTE para que, dentre outras atribuições, cuide das seguintes atribuições: planejar, coordenar e solicitar da CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da CONTRATANTE, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto licitado e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem as solicitações de providências.
- 14.2. A FISCALIZAÇÃO será realizada por técnico designado pela CONTRATANTE, especialmente designado para este fim, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal



- nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de FISCAL, competindo-lhe dentre outras atribuições:
- a) Exigir fiel cumprimento do Contrato e seus ADITIVOS pela CONTRATADA;
- b) Solicitar o assessoramento técnico, caso necessário;
- c) Verificar e atestar as notas fiscais e, aprovando-as, encaminhá-las para posterior pagamento;
- d) Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;
- e) Controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios;
- f) Assistir a CONTRATADA na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- g) Exigir da CONTRATADA a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;
- h) Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pelo CONTRATANTE, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
- i) Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- j) Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato;
- k) Determinar a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- I) Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados ou daquilo que for produzido pelo CONTRATADO;
- m) Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas;
- n) Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção;
- o) Indicar ao gestor serviços mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao CONTRATADO em face do inadimplemento das obrigações;
- p) Confirmar a execução dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- **15.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- **15.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- **15.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- **15.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



- **15.5.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- **15.6.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- **15.7.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- **15.8.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.
- **15.9.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021). O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	UNID. ORÇAMENTÁRIA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
SME	06.01	12.365.0484.2.551.0000	3.3.90.30.00	1.500.1001.00
SME	06.01	12.365.0484.2.551.0000	3.3.90.30.00	1.550.0000.00
SME	06.01	12.365.0484.2.551.0000	3.3.90.30.00	1.569.0000.00
SME	06.01	12.365.0484.2.551.0000	4.4.90.52.00	1.500.1001.00
SME	06.01	12.365.0484.2.551.0000	4.4.90.52.00	1.550.0000.00
SME	06.01	12.365.0484.2.551.0000	4.4.90.52.00	1.569.0000.00
SME	06.01	12.368.0487.2.557.0000	3.3.90.30.00	1.500.1001.00
SME	06.01	12.368.0487.2.557.0000	3.3.90.30.00	1.550.0000.00
SME	06.01	12.368.0487.2.557.0000	3.3.90.30.00	1.569.0000.00
SME	06.01	12.368.0487.2.557.0000	4.4.90.52.00	1.500.1001.00
SME	06.01	12.368.0487.2.557.0000	4.4.90.52.00	1.550.0000.00
ÓRGÃO	UNID. ORÇAMENTÁRIA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
SME	06.03	12.365.0484.2.543.0000	3.3.90.30.00	1.540.0000.00
SME	06.03	12.365.0484.2.543.0000	4.4.90.52.00	1.542.0000.00
SME	06.03	12.365.0484.2.543.0000	4.4.90.52.00	1.540.0000.00



SME	06.03	12.368.0487.2.550.0000	3.3.90.30.00	1.544.0000.00
SME	06.03	12.368.0487.2.550.0000	3.3.90.30.00	1.541.0000.00
SME	06.03	12.368.0487.2.550.0000	3.3.90.30.00	1.540.0000.00
SME	06.03	12.368.0487.2.550.0000	4.4.90.52.00	1.544.0000.00
SME	06.03	12.368.0487.2.550.0000	4.4.90.52.00	1.542.0000.00
SME	06.03	12.368.0487.2.550.0000	4.4.90.52.00	1.540.0000.00

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

- **18.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- **18.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- **18.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- **18.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c Decreto Municipal nº 54/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1°)

- **20.1.** Fica eleito o Foro do Município de Sobral, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
- E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma,



para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

FRANCISCO HERBERT LIMA VASCONCELOS

CONTRATANTE

UADI FERNANDES | Assinado de forma digital por UADI FERNANDES | ELIAS:03998826343 | ELIAS:03998826343 | Dados: 2024.11.12 15:46:53 -03'00'

UADI FERNANDES ELIAS

CONTRATADO

De acordo:

DAYANNA KARLA COELHO XIMENES

Coordenadora Jurídica da SME
OAB/CE nº 26.147

TESTEMUNHAS:

1.

2.



Instituto Nacional de Tecnologia da Informação







Simples

>

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

Completo



Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).



Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: CONTRATO SOBRAL - BL.pdf

Hash: 09118f5a18eb5e2c6b45cc998092529a3c25974ac23776dd40524ca7cbd79e4c

Data da validação: 12/11/2024 15:49:35 BRT





Informações da Assinatura:

Assinado por: UADI FERNANDES ELIAS

CPF: ***.988.263-**

Nº de série de certificado emitente: ox80d7b87b893feee61c21dd4e60ec579 Data da assinatura: 12/11/2024 15:46:53 BRT

Assinatura aprovada.



Ver Relatório de Conformidade

AVALIE O SERVIÇO QUE VOCÊ UTILIZOU

Sua opinião é importante para o aprimoramento de nossos serviços.



Avaliar

ACESSO RÁPIDO

Validar Sobre Dúvidas Informações

Fale Conosco



<u>ASSUNTOS</u>

ACESSO À INFORMAÇÃO

CENTRAIS DE CONTEÚDO

CANAIS DE ATENDIMENTO

REDES SOCIAIS/CANAIS

~

~

~

~

~

https://validar.iti.gov.br/relatorio.html

CERTFORUM

REDES SOCIAIS













Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

https://validar.iti.gov.br/relatorio.html 2/2